



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**ÉLIDA NÓBREGA DO RÊGO**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, UM PROJETO DEMOCRÁTICO PARA A  
MODIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: UMA ANÁLISE DE BAIROS NA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2016**

**ÉLIDA NÓBREGA DO RÊGO**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, UM PROJETO DEMOCRÁTICO PARA A  
MODIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: UMA ANÁLISE DE BAIROS NA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Geografia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joedna Reis de Meneses

**CAMPINA GRANDE/PB  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R343o Régo, Élide Nóbrega do  
Orçamento participativo, um projeto democrático para a  
modificação dos espaços [manuscrito] : uma análise de bairros na  
cidade de Campina Grande-PB / Élide Nóbrega do Régo. - 2016.  
26 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses,  
Departamento de História".

1. Administração Urbana 2. Orçamento participativo 3  
Gestão Pública I. Título.

21. ed. CDD 352.16

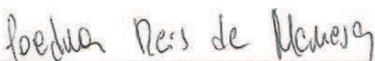
ÉLIDA NÓBREGA DO RÊGO

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, UM PROJETO DEMOCRÁTICO PARA A  
MODIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: UMA ANÁLISE DE BAIRROS NA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB**

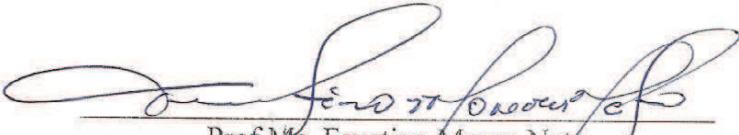
Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Geografia

Aprovada em: 19/05/2016.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.a. Dra. Joedna Reis de Meneses (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.Ms. Marília Maria Quirino Ramos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.Ms. Faustino Moura Neto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO-----	05
1-A CIDADE DE CAMPINA COMO TEMA DE PESQUISA-----	06
2-PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO-----	08
3-BREVE HISTÓRICO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO-----	10
4-A EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NAS CIDADES-----	13
5-A CIDADE DE CAMPINA E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO-----	14
5.1-Experiência do Orçamento Participativo em Campina Grande-----	17
5.2-Resultados -----	20
5.3-Entre o discurso do Orçamento Participativo e a realização das obras na Cidade-----	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	23
REFERÊNCIAS-----	25

**RÊGO, Élida Nóbrega do. Orçamento Participativo, um projeto democrático para a modificação dos espaços: Uma análise de bairros na cidade de Campina Grande-PB. UEPB. CDUC Departamento de Geografia-Curso de Licenciatura em Geografia, Campus I Campina Grande –PB. 2016.**

O presente trabalho tem como objetivo, discutir o que é orçamento participativo, e a importância da participação popular na modificação do espaço. Tendo em vista que o orçamento participativo é uma ligação entre sociedade e governo, e que trabalha o ciclo orçamentário junto as comunidade. A sociedade utiliza do orçamento para transformar a região urbana em que vive, tendo que o espaço esta sempre se modificado para atender as necessidades e interesses do homem. Neste artigo é possível observar um breve histórico do orçamento participativo em algumas cidades do Brasil e na cidade de Campina Grande, citando alguns bairros que estão inseridos no processo orçamentário. A pesquisa encontra-se fundamentada em documentos do Banco de dados do Órgão Público responsável pelo Orçamento Participativo.

**Palavras- chaves:** Orçamento participativo; participação popular; gestão.

## INRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o que é orçamento participativo, e a importância da participação popular na modificação do espaço. No primeiro momento, faremos uma discussão sobre a cidade a questão do planejamento e da gestão pública. Em seguida passaremos a discutir um breve histórico do Orçamento Participativo destacando as experiências pioneiras em diferentes cidades do Brasil com destaque para a cidade de Campina Grande, no período que vai de 2005 a 2008.

Durante este período, é possível perceber a diferença na realização de obras nos diferentes bairros da cidade como por exemplo, Jardim Quarenta, Catolé e José Pinheiro dependendo do envolvimento e da organização da população de cada bairro.

O Orçamento Participativo é um avanço conquistado pela população que, através dos seus representantes, as diferentes entidades são informadas de como e onde está sendo gasto os recursos públicos e mesmo quando não conseguem realizar as obras que desejadas, tomam conhecimento das decisões e das ações dos órgãos governamentais. É o povo participando diretamente da administração. É claro que quanto mais organizada mais significativa à participação e as conquistas populares.

Infelizmente, a participação da comunidade ainda se faz de forma lenta, em alguns bairros é quase inexpressiva, os gestores ainda são omissos em relação às demandas dos bairros, e muitos políticos aproveitam as conquistas da população do bairro para fazer “politicagem” em tempos de eleições assumido as obras como sendo suas. E assim, Orçamento Participativo perde um pouco a credibilidade.

## 1. A cidade como tema de pesquisa

A cidade, como tema de análise das mais variadas áreas do conhecimento, instiga cada vez mais o ser humano realizar leituras sobre questões à ela relacionadas. Este tema exerce um grande fascínio sobre o ser humano e tem sido objeto de interesse de todos aqueles que buscam respostas para o presente, tendo em vista a maior parte da população mundial vive nas cidades. Embora, em alguns momentos, as respostas encontradas pareçam envoltas em um mistério ou mesmo desconexas.

As supostas fragilidades dos estudos e das respostas encontradas sobre o tema das cidades também impulsiona a curiosidade dos diferentes profissionais com a busca incessante de desvendar novas aventuras, em meio às edificações e através das relações sociais experimentadas nas cidades. (NASCIMENTO, 1997, p. 18).

Para Souza (2003, p.27) em ABC do desenvolvimento Urbano, “a cidade é um objeto muito complexo e por isso mesmo, muito difícil definir.” A cidade é um local de mercado, onde se dá um intercâmbio regular de mercadorias. Ou ainda, “A cidade é sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não agrícola ou seja, manufatureiro ou propriamente industrial e de comércio e oferecimento de serviços”. No entanto, na cidade, pode haver pequenas áreas onde ainda se desenvolve atividades consideradas primárias.

Não existe um tamanho mínimo nem é considerado limite de habitantes para que se possa definir uma cidade e, assim, se promover uma diferenciação do que seria rural e urbano. Essa diferença depende de país para país provocando uma dificuldade quando se trata de encontrar uma definição sobre cidade.

Desse modo, sobre o conceito de cidade Souza (2003, p. 28) afirma que:

A cidade é, igualmente, um ‘centro do território’, por sediar as empresas. Porém, nem tudo se resume a economia! A cultura desempenha um papel crucial na produção do espaço urbano e na projeção da importância de uma cidade para fora de seus limites físicos, assim como o poder. A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estaduais, mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesses, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

As cidades surgiram ainda na Antiguidade, porém foi com a Revolução Industrial européia que elas cresceram e passaram por diversas transformações. Cresceu e se dinamizou sendo que em muitos casos formaram aglomerações, transformaram-se em metrópoles e megalópoles que se sobrepõem a uma malha territorial. No caso seus limites físicos se mostram cada vez mais complexos (SOUZA, 2003, p.46/47).

Se os estudos sobre o urbano são complexos, mais complexos se tornam quando falamos das estruturas materiais e internas das cidades. A cidade é organizada a partir de diferentes tipos de espaços e, comumente, se subdividem a partir das atividades que predominam em cada área. Existem áreas onde há predominância de residências associadas aos comércios de bairro com produtos voltados para o abastecimento cotidiano das famílias.

Mesmo nas áreas residenciais, existe diferenciação dos espaços que são habitados de acordo com as condições socioeconômicas da população. Ou seja: enquanto a população rica habita os bairros nobres da cidade, os pobres, geralmente os negros, residem nas periferias, favelas, ou mesmo vivem debaixo dos viadutos ou perambulando pelas ruas.

Na cidade de Campina Grande, nos últimos anos, ocorreu a ampliação dos bairros residenciais voltados para a elite, inclusive com a construção de edifícios. Ao mesmo tempo, porém, cresceu significativamente o número de favelas e pessoas com moradias precárias e localizadas em áreas de risco.

Na distribuição geral da cidade, há também os espaços onde se concentram as atividades comerciais e de serviços que, geralmente, se concentravam no centro da cidade. Porém, nas grandes cidades, o Shopping Center vem substituindo estes espaços, uma vez que no shopping torna-se maior a segurança para as pessoas, como também são centros onde, em um único prédio, pode-se adquirir diferentes produtos.

Campina Grande, durante muitos anos, teve no centro da cidade seu principal espaço de comércio, hoje ainda existe uma diversidade de lojas. No entanto, nos últimos anos, surgiram Shopping's Center's que vêm atraindo a população de diferentes segmentos sociais. Tem também espaços destinados ao público popular, situado no centro da cidade.

A feira central de Campina Grande é considerada uma feira tradicional na cidade que, desde sua origem, tem atraído pessoas de diferentes localidades da vizinhança além do público local. Apesar do crescimento dos supermercados inclusive nas suas proximidades, as pessoas não deixam de frequentar à feira e fazer suas compras.

## 2. Planejamento Urbano e Gestão

Quando a cidade começa a crescer, de um modo geral, esse crescimento ocorre de forma não planejada. As cidades enfrentam, com o passar do tempo, diferentes problemas em decorrência da sua formação inicial se dar através de aglomerados urbanos com ausência de um planejamento. Esses problemas tanto podem ser encontrados nas pequenas cidades como também nas chamadas megalópoles.

No entanto, o que muda é a complexidade dos problemas. Ao se observar diferenças entre as cidades, é possível observar o desenvolvimento de problemas específicos. Eles vão desde aos problemas de trânsito, a falta de moradia, a violência, a falta de infraestrutura, entre outros.

Na busca da solução dos problemas citadinos, tem sido necessária a intervenção dos poderes públicos, sobretudo da Prefeitura, no sentido de desenvolver um planejamento urbano para resolver os problemas ou para evitá-los.

O planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento, é uma atividade, que remete sempre para o futuro. É uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios. (SOUZA, 2004, p.15).

Fazer um planejamento de uma cidade não é algo simples, é preciso saber seus problemas e imaginar como resolvê-los a médio ou longo prazo, “podemos ver o planejamento como a preparação de uma gestão futura”. (SOUZA, 2004, p. 17). Assim, toda sociedade precisa de planejamento para o seu melhor funcionamento. O planejamento vai depender também do grau de complexidade de cada sociedade sempre tem a tendência de imaginar um futuro melhor para os espaços.

Diferente do planejamento, a gestão é uma atividade que remete ao presente, ao aqui e agora. Ela é administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, com recursos disponíveis no presente, tendo em vista as necessidades imediatas. Uma vez tendo planejado o nosso dia, precisamos administrá-lo, sabendo como reagir diante de pequenos ou grandes imprevistos. [...] o planejamento tem a ver com o médio e o longo prazo [...] já a gestão refere-se o curtíssimo prazo dias ou semanas e ao curto prazo. (SOUZA, 2004, p. 17).

Uma vez realizado o planejamento, faz-se necessário a gestão da atividade, que deve ocorrer dentro de um curto prazo. Ou seja, quando os administradores da cidade enfrentam um problema, fazem um planejamento e passam a gestar os recursos no sentido de resolvê-

los. Estes podem ser bem administrados ou não, dependendo interesses e dos grupos sociais envolvidos:

O planejamento e a gestão são práticas necessárias a toda e qualquer sociedade humana; [...] O que define o seu caráter conservador ou progressista é o conteúdo social dessas atividades, que vai depender de constelação de poder composições e alianças de partidos políticos e organizações e organizações da sociedade civil. Que influência predominantemente a ação do estado. (SOUZA, 2004, p. 24).

Quanto maior a participação de organizações da sociedade civil maior a possibilidade de elaborar propostas de planejamentos de acordo com a necessidade da população local, pois, o planejamento e a gestão envolvem interesses de diferentes grupos: partidos políticos, empresas, instituições, classes sociais, entre outros.

Sabemos que nossas cidades possuem muitos problemas, sejam elas grandes ou pequenas, e que a população que mais vivencia no seu cotidiano as dificuldades urbanas não possuem representantes políticos moradores dos bairros mais pobres ou periferias e na maioria dos casos, nem mesmo nas sociedades organizadas. O que gera ainda mais problemas por que os faz prisioneiros ou de políticos inescrupulosos ou de grupos perigosos da própria sociedade em que vivem, como é o caso das quadrilhas de traficantes de drogas, que agem no lugar do Estado e impõem regras próprias no uso do espaço.

Historicamente as favelas são vistas pelas elites brasileiras como algo que polui a paisagem e, ainda por cima, é um antro de vagabundos e marginais sociais (e, mais recentemente, genericamente -, de traficantes de drogas). São lugares onde não haveria lei, não haveria uma “verdadeira” cultura, não haveria civilidade. Lá reinariam o caos, a promiscuidade, a ilegalidade, a falta de higiene. Os favelados são, para muitos indivíduos de classe média, parasitas que não pagam impostos. Enfim, os favelados são, há décadas, uma espécie de pesadelo das elites urbanas. (SANTOS, 1985, p.3).

No caso das favelas, se de um lado seus moradores sofrem pela falta de planejamento e gestão adequados, sofrem também preconceito por parte das elites urbanas, que querem todas as melhorias para seus bairros, mesmo estes já sendo bem mais estruturados. Não se pensa em melhorias para as favelas, lá “mora o perigo”, as drogas, os pobres, os excluídos. Assim, as tensões vão crescendo e aumenta o ressentimento entre pobres e as classes médias e elite urbana em geral. Desta forma, as favelas representam sempre problemas para os administradores e para a sociedade. Pois, como um problema, ela gera outros problemas, e conseqüentemente as reações mais diversas entre os diferentes segmentos sociais. Os ricos, cada dia, se fecham em seus condomínios luxuosos e os pobres ficam nas periferias.

“O fenômeno da urbanização é hoje, avassalador nos países de Terceiro Mundo [...] No Brasil, a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos”. (SANTOS, 1988, p.11). A cidade cresce e seus problemas também. Mas como resolvê-los? Não é fácil resolver os problemas da sociedade, visto que nem o planejamento nem a gestão são neutros e revelam os interesses dos grupos sociais que estão no poder. Os “poderosos” buscam sempre valorizar seus espaços e ignorar as necessidades da população pobre que possui reivindicações bem diferenciadas das elites.

E a cidade se apresenta centro das ambições  
 Para mendigos ou ricos e outras armações  
 Coletivos, automóveis, motos e metrô  
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs  
 A cidade não para, a cidade só cresce  
**O de cima sobe e o de baixo desce**  
 (Nação Zumbi, 2002, grifos nossos)

### 3. Breve Histórico do Orçamento Participativo

O objetivo de melhor administrar a cidade como também o de atender as necessidades da população consolidou a criação, em algumas cidades, do Orçamento Participativo. Através dele, a população busca-se definir sobre as prioridades de investimentos de obras e serviços a serem realizados a cada ano com recursos da Prefeitura.

É uma ferramenta de planejamento que expressa, por um lado, a projeção de receitas, e por outro, autoriza limites de gastos nos projetos e atividades propostos pelo poder executivo. [...] no caso as entradas das verbas são oriundas de impostos, taxas e contribuições. São estes recursos próprios: IPTU, ISS e ITBI, Estadual: ICM, IPVA e ITB. Federal: FPM, (IR+IPI). (O que é Orçamento Participativo? Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2011, p. 12).

Para Souza o Orçamento Participativo é “um instrumento de gestão urbana que envolve aspectos que vão das estratégias para facilitar e promover a participação do maior número de pessoas a uma necessária preocupação com a dimensão espacial”. (2002, p.67).

Já para Pires é

a adoção de práticas diferenciadas de gestão orçamentária municipal, com abertura de canais e mecanismos de participação popular no processo de destinação dos recursos públicos das prefeituras, representando mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. (PIRES, 1999, p. 77).

Neste sentido, o Orçamento Participativo viabiliza a participação popular no direcionamento dos recursos públicos do município, promovendo uma maior participação entre os gestores/prefeitos e a sociedade e, portanto, o vivenciar de um processo democrático.

O Orçamento Participativo também permite assegurar o controle sobre as receitas e as despesas públicas, pelo poder legislativo. É uma etapa decisiva do planejamento municipal e, devido a participação da população, as prioridades dos serviços urbanos em muitos casos, são estabelecidas de acordo com as necessidades da sociedade. (ALMEIDA, 2009, p.9).

De acordo com Santos, devido à globalização, em todo o mundo, vem aumentando a exclusão social e com isso a marginalização da população menos favorecida economicamente. Porém, os movimentos comunitários, os movimentos populares tentam diminuir estes dados e trazer mais qualidade de vida para esta parcela da população que fazem parte destes dados.

O OP é mais que a mera distribuição de recursos entre os diversos bairros da cidade. Ele é principalmente uma riquíssima experiência de vida pública, uma escola de cidadania para todos os seus participantes, algo muito importante para a construção de uma sociedade realmente democrática. (FALCÃO, 2008 p.3).

É possível concordar com Falcão e, assim, reafirmar que o Orçamento Participativo é uma nova maneira de fazer política e de formar cidadãos mais conscientes de sua participação e politizados para agir diante da democracia no Brasil.

Apesar de termos uma sociedade dividida ao meio entre rural e urbana, nas grandes capitais já havia mostras de favelas e bairros periféricos. Maricato mostra que entre o ano de 1963 e 1964 tivemos uma mudança radical no nosso cenário político, tendo em vista que os militares tomaram o país e as os avanços que havíamos conseguido no cenário político e social tiveram um retrocesso. Porém, mesmo em um momento autoritário as cidades tiveram um crescimento significativo e necessitaram de medidas de planejamento. No âmbito de um movimento técnico conservador, foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento e, na mesma época, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e com isso os Planos Diretores (PDs) se multiplicando em todo país. Porém, sabe-se que os planos urbanos criados durante o regime autoritário ampliaram o abismo entre a população e o mercado imobiliário e muitos não tinha acesso ao mesmo.

Temos que lembrar que neste período o país sofreu um golpe e passou por um longo período ditatorial e ocorreu um retrocesso nas discussões levantadas sobre políticas públicas. (MARICATO, 2008).

A igreja católica, movida pela teologia da libertação, teve um papel fundamental neste despertar dos chamados “movimentos sociais urbanos”, nesse período. Em 1975, a CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- aprova a divulga um documento- Uso do solo e ação pastoral- que inclui críticas á especulação imobiliária e reivindica a função social da propriedade. (MARICATO, 2008, p.98).

A partir deste momento ocorre um reaparecimento dos movimentos em prol das questões relacionadas ao urbano como, por exemplo, regularizações de loteamentos. A

sociedade vai as ruas, se mobiliza em busca de água e luz, de creches. Estas questões ajuda muito a sociedade civil a ver com outros olhos as questões políticas e, com isso e cada vez mais, lutar por mudanças e melhorias de vida.

Depois de muitas lutas foi aprovado pelo Congresso a lei 6.766 onde estabelecia algumas diretrizes, nas quais poderia ser parcelado o solo e criminaliza os que promovem loteamentos ilegais. Em seguida, foram criados vários órgãos para fazer valer as questões urbanas, entre eles a Caixa Econômica Federal- CEF, isso em 1986. Durante muitos anos a mesma mudou de nomes e atribuições, ela deixou inclusive de ser um ministério e passou a ser uma secretaria, mesmo assim não tinha muita influencia sobre os rumos urbanos do nosso país. Na década de 1990 as cidades só aumentavam sua população e com ela os problemas urbanos, os movimentos sociais retornam a cena. A globalização foi crescendo e com isso o aumento de desemprego, desigualdade social, fome, e tantos outros problemas acarretado pelo sistema capitalista. No governo de Fernando Henrique Cardoso juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) se resolveu retirar investimentos para benefícios sociais como energia e saneamento básico e do sistema habitacional. Neste período, para se ter uma casa própria o cidadão teria que ganhar acima de 12 salários mínimos. Dessa forma, as pessoas menos favorecidas economicamente, correspondente a maioria da população, não tinham condições de ter acesso à moradia. (MARICATO)

Porém pode-se afirmar que as mobilizações e lutas realizadas pelos movimentos sociais, e de parte da sociedade nos anos 80, tiveram resultados positivos, pois eles conseguiram inserir na Constituição Federal de 1988 dois artigos sobre política urbana. Porém mesmo com os artigos 182 e 183 da constituição, a população esperou mais de duas décadas para poder ver o Estatuto das Cidades e estas políticas urbanas começarem a ser aplicadas.

Depois de muitas lutas da sociedade civil e dos movimentos sociais e com a volta das eleições diretas para prefeito em 1985, as questões urbanas começaram a ser percebidas com mais clareza e as contradições do processo de urbanização ocorrido principalmente nos grandes centros. Como os movimentos sociais estavam bem ativos e perceberam que podiam fazer a diferença eles começaram a mostrar uma nova perspectiva no campo político. Assim, com a realização das eleições, os candidatos de centro-esquerda saíram vencedores em várias capitais entre elas Fortaleza, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Esses candidatos tinham uma nova visão de democracia, e com isso se inicia no Brasil, a participação dos movimentos sociais nas políticas públicas locais. Neste primeiro momento, as cidades que conseguiram implantar este modelo de gestão, onde o governo e sociedade civil estavam juntos pensando a gestão, foram Recife e Curitiba.

#### 4. A experiência pioneira do Orçamento Participativo nas cidades

De acordo com Soares; Gondim (2002), no final dos anos de 1980 surgiu uma mudança na maneira de trabalhar com as políticas públicas locais, pois a sociedade passou a opinar nas decisões administrativas de seu bairro, de sua cidade. Com as primeiras eleições, depois de um longo período ditatorial, os partidos de esquerdas e centro-esquerda ligados aos movimentos sociais ganharam as eleições em várias cidades do país.

O nosso país estava em um período de urbanização crescente o que ocasionou o surgimento de muitos problemas nas cidades. Porém, além dos problemas, as populações das cidades começaram a vivenciar mudanças com relação às políticas de gestão dos espaços.

Este é o primeiro ciclo do novo modelo de “democracia urbana” e pode ser caracterizado pelos seguintes traços: Valorização da participação dos movimentos sociais na definição de políticas públicas locais; a hegemonia de uma frente política democrática com um discurso que combinava a condenação ao autoritarismo com propostas de uma democracia substituta que ultrapassasse os marcos representação parlamentar; mudanças no comportamento de segmentos da esquerda quando á validade de as organizações da sociedade civil abandonarem uma postura meramente contestatória, passando a combinar reivindicação com interlocução direta com as agências estatais. (SOARES; GONDIM, 2002, p.64/65).

No primeiro momento, as cidades do Recife e Curitiba foram as cidades que mais se destacaram e se adequaram a este novo modelo de gestão. Uma se destaca pela grande participação da sociedade civil, e a outra por ajustar o planejamento existente na cidade com os programas sociais.

Das propostas inovadoras executadas naquele primeiro momento, na cidade de Recife, destacaram-se: a divisão da cidade em regiões político-administrativas; a discussão e negociação de prioridades por meio de plenárias populares organizadas; o funcionamento do das comissões de acompanhamento de obras; a criação do Programa Regularização da Áreas Especiais de Interesse Social Prezeis; O estímulo á formação e funcionamento regular de Conselho Escolares e Conselho Municipais de Saúde. (SOARES; GONDIM, 2002, p.65).

Sendo assim, pode-se dizer que esta política que começou a brotar no país e dar seus primeiros frutos, valorizava os movimentos sociais e os menos desfavorecidos economicamente. Sem dúvida esta nova política, acreditou e apostou no Orçamento Participativo e foi bem sucedida.

Esta nova política de discutir as questões urbanas pode ser dividida em três ciclos: o primeiro foi o da divisão das regiões; O segundo foi o marcado pelas eleições de 1988, quando o Partido dos Trabalhadores -PT saiu vitorioso em muitos lugares. Com o lema do “povo como sujeito de sua própria história” este Partido ganhou mais força e, Porto Alegre, o governo de Tasso Genro levou para as ruas discussões do orçamento municipal. Foi neste

momento que o Orçamento participativo ganhou sua roupagem; O terceiro ciclo foi apenas para fortalecer a importância do orçamento participativo e implantar conceitos de parcerias. Naquele momento ocorreu uma alteração pois as participações tornaram-se semi-diretas. (SOARES; GONDIM, 2002, p.66, 68).

Esta movimentação da população, juntamente com o estatuto da cidade, foi um dos motivos pelo qual a cidade de Porto Alegre desde 1989, após a vitória de um candidato de um partido de esquerda, foi implantado uma experiência da participação popular no governo municipal. Foi estabelecida uma administração popular, que tentava garantir a participação da população na preparação e execução dos gastos orçamentários, este projeto ficou conhecido como Orçamento participativo - OP. Esta metodologia deu certo em Porto Alegre pois, de acordo com os dados do texto anteriormente citado, as prioridades e investimentos melhoraram significativamente, a saúde, educação, planejamento urbano entre outros setores da cidade. (SANTOS, 2005).

Na cidade de Olinda, ocorreu várias discussões para implantação do orçamento participativo. Porém apenas na gestão de Luciana Santos e Paulo Valença (PCdoB/PT) em 2001, foi colocado em prática o Orçamento Participativo na cidade de Olinda a partir da criação dos conselhos municipais que ficaram responsáveis pelas ligações entre diversas secretarias do Município. Na cidade de Olinda a votação realizada pelo OP, começou a fazer parte do plano de investimento da cidade o PPA e também foi criada a secretaria exclusiva para o orçamento participativo com isso ele deixou de ser apenas um programa para tornar-se parte do Poder Executivo Municipal, criada por lei. Assim, eles ficam com maior autonomia diante de possíveis intervenções de seus gestores, foram feitas as divisões das regiões baseada na regionalização utilizada pela secretaria de saúde. No ano seguinte o OP teve vários avanços com a execução das obras aprovadas em plenárias. Com o sucesso do OP, eles resolveram criar o OP das crianças.

## **5. A Cidade de Campina Grande e o Orçamento Participativo**

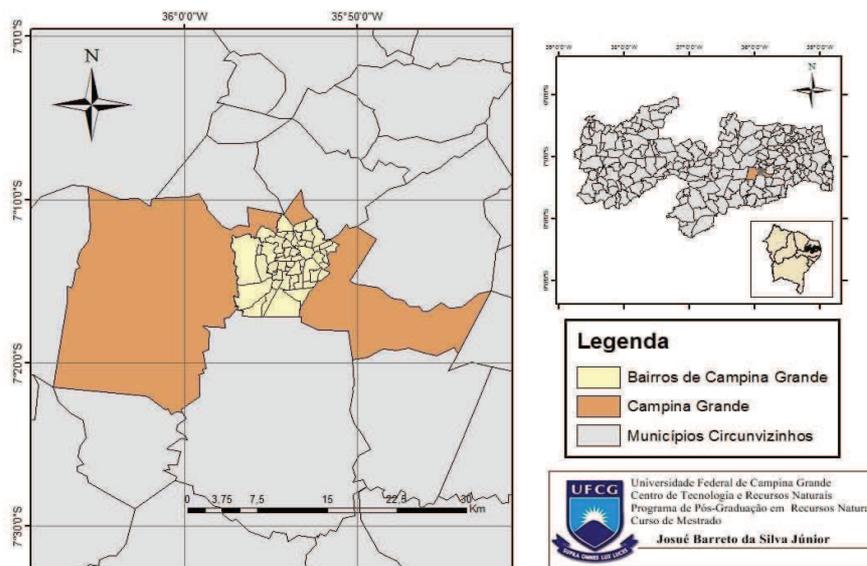
A cidade de Campina Grande é considerada a segunda cidade mais populosa do Estado da Paraíba está localizada no Nordeste Brasileiro, na parte Oriental do Planalto da Borborema. Encontra-se a 125 km da capital João Pessoa com cerca de 402912 mil habitante (IBGE 2014).

A ocupação da aldeia Campina Grande se deu em 1697 com a chegada dos índios Ariús liderada, por Teodósio de Oliveira Ledo, capitão Mor dos sertões, a família Oliveira estava em buscavam terras virgens para ocupar com seus animais, depois de se estalarem no Rio Grande do Norte, vieram até o platô da Borborema, onde foram responsáveis pela ocupação de várias áreas na Paraíba. (ALBUQUERQUER, Apud OLIVEIRA, 2007, p.20).

Temos que lembrar que nossa Paraíba começou sua ocupação pelo litoral com a produção da cana de açúcar e depois povoaram o sertão com a produção do gado. Diante da busca dos Oliveiras de manter um contato permanente com o litoral, precisaria de um lugar para repouso, pois as caminhadas entre litoral e sertão eram distantes e cansativas. Foi no local que hoje conhecemos como Campina Grande, que os tropeiros estabeleceram um lugar para descansar com seu gado. Inicialmente, surgiu como lugar de pouso e logo tornou-se um pequeno pólo comercial com vendas de gado e produtos alimentícios. Foram construídas pequenos casebres de taipas ao redor do riacho da Piabas para os índios Ariús, formando a primeira rua, que hoje conhecemos como Vila Nova da Rainha, Em seguida construíram a igreja matriz e na suas proximidades surgiram novas construções. Neste momento a cidade de Campina Grande começava a se moldar. (OLIVEIRA, 2007, p.20).

É sobre a cidade de Campina Grande já no século XX que vamos tratar. Cidade que ganha visibilidade com uma política de participação popular no seu orçamento público, indispensável dentro de uma sociedade democrática.

Figura1- Localização do município de Campina Grande no Estado da Paraíba



Fonte: BARRETO, Josué da Silva Júnior – UFCG.

Embora em algumas cidades do Brasil já tenha experiência com o Orçamento Participativo, principalmente no Nordeste, a cidade de Campina Grande vem se destacando desenvolvimento do seu OP, em funcionamento desde 1997.

Campina Grande, desde a Constituição de 1988, se inseriu dentro dessa política democrática de gestão pública com a elaboração da lei Orgânica do Município (LOM) e do Plano Diretor, ambos pré-requisitos para a sociedade civil organizada se utilizarem dos instrumentos de mobilização/pressão para apresentação de suas sugestões/reivindicações diante dos governantes. (SIC – Coordenadoria do Orçamento Participativo).

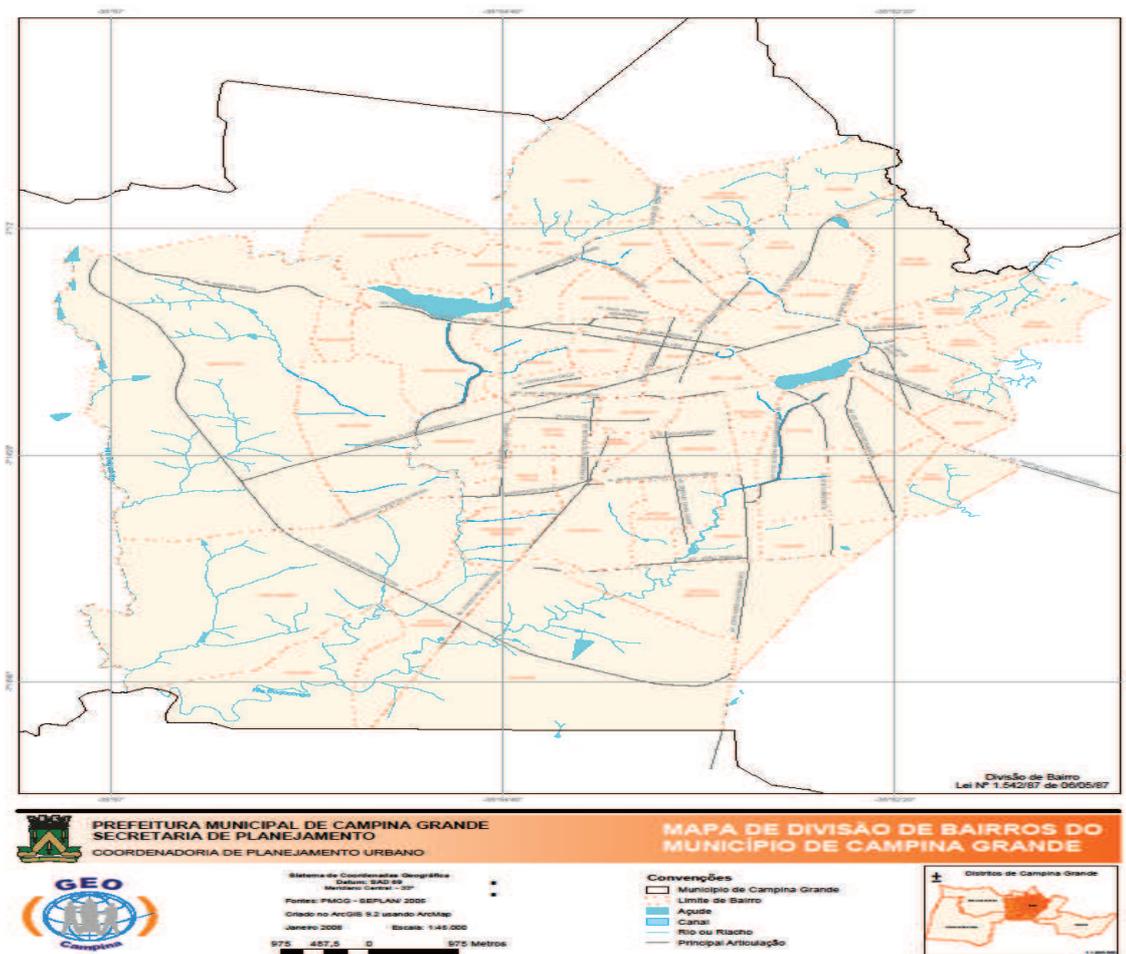
Em 1996 quando Cássio Cunha Lima tornou-se prefeito da cidade foi a primeira vez que o PT conseguiu eleger a vereadora Cozete Barbosa que, seguindo o exemplo das administrações do partido em outras cidades, nas quais o Orçamento estava dando certo, como por exemplo Porto Alegre, procurou implantar o Orçamento Participativo na cidade. No entanto, naquela ocasião este projeto foi rejeitado pelos vereadores que na época era de oposição, pois eram da base aliada do prefeito. Porém, em junho de 1997 sob o Decreto Lei 2.621 de 09/06/97 foi instituído o OP na cidade de Campina Grande. (SIC – Coordenadoria do Orçamento Participativo).

De acordo com Almeida (1999, p.19) “O referido município já vem desenvolvendo, desde 1997, uma gestão participativa, em que utiliza meios politicamente democráticos através do Orçamento Participativo”. Nesse sentido, o OP pode ser percebido como uma “experimentação de gestão pública participativa, sendo seu formato institucional, em certa medida, resultante da inter-relação entre o poder público e a sociedade civil”.

Ainda segundo Almeida (1999, p.19) de “forma compartilhada, o governo e a sociedade constroem conjuntamente as suas regras, dentro de um regulamento geral, constituído pelos objetivos, estrutura de governo, instâncias de participação popular e metodologia”.

Na figura 2 Pode se observar o mapa da cidade de Campina Grande e todos os seus bairros onde se desenvolve o Orçamento Participativo. Cada bairro possui suas especificidades e por isso as demandas são diferenciadas de um para outro.

Na figura 2: Pode se observar o mapa da cidade de Campina Grande e todos os seus bairros.



Fonte: Orçamento Participativo. Prefeitura Municipal de Campina Grande.

O Orçamento Participativo trata-se de um avanço conquistado pela população que, através dos seus representantes, nas diferentes entidades tomam conhecimento de como e onde está sendo gasto os recursos públicos e mesmo quando não conseguem as vitórias desejadas, tomam conhecimento das decisões e das ações dos órgãos governamentais. É o povo participando diretamente da administração. É claro que quanto mais organizada mais significativa a participação e as conquistas populares.

### 5.1 Experiências do Orçamento Participativo em Campina Grande

Em Campina Grande durante muito tempo o OP, obteve uma boa participação popular, chegando a atingir 10 mil pessoas em 2008. (SIC – Coordenadoria do Orçamento Participativo).

Funcionando na cidade desde 1997, o Orçamento Participativo de Campina Grande se consolidou no instrumento mais importante da sociedade campinense para definição de prioridades em obras, serviços e programas para a cidade, além de ser responsável pela democratização das decisões sobre recursos públicos do município, o que lhe coloca como uma das experiências mais bem sucedidas de Orçamento Participativo na região Nordeste. Desde 2005, sob a gestão do prefeito Veneziano, o Orçamento Participativo vem garantindo a ampliação no número de cidadãos envolvidos nas discussões das peças orçamentárias do município; (PPA - LDO – LOA), de forma que o planejamento das ações do município deve estar alinhado com as necessidades do conjunto da cidade. (Coordenadoria do Orçamento Participativo. Prefeitura de Campina Grande – Pb).

Porém, nos últimos anos esta participação vem diminuindo, isto se deve a um acúmulo de dificuldades que deixou a população desacreditada. Uma das dificuldades a ser apontada é próprio processo do OP desacreditado, devido ao não cumprimento da lei orçamentária, e o não cumprimento das demandas aprovadas. Existe também a falta de políticas públicas de qualidade, falta de planejamento rural e urbano, a decepção com os movimentos sociais e uma cultura individualista alimentada cada vez mais pelo mundo globalizado.

O Chamado ciclo orçamentário é formado pelo

1-PPA: “Plano Plurianual e prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes, que durem mais de um ano. No primeiro ano de governo o prefeito deve propor diretrizes, metas e objetivos que após aprovação, terão vigência nos próximos três anos da sua gestão e no primeiro ano da gestão seguinte. É do PPA que saem as metas para cada ano de gestão”.

2- LDO: “Lei de Diretrizes Orçamentárias a partir do PPA, define as metas e prioridades para o ano seguinte. A LDO define também as regras sobre mudanças nas leis impostas, finanças e pessoal, além de estabelecer orientações como elaborar orçamentos”.

3- LOA: Lei Orçamentária anual consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, projetos e atividades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. Dessa forma, define as fontes de receita e autoriza as despesas públicas, expressas em valores, detalhando-as por órgãos de governo e por função. Muitas vezes a LOA autoriza a abertura de créditos suplementares ou a realização de empréstimos pelo prefeito, sem prévia autorização da Câmara”. (O que é Orçamento Participativo. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Mimeo)

O ciclo orçamentário se inicia com o PPA, que tem uma duração de quatro anos. Em seguida são realizadas reuniões e mobilizações para fazer discussões referentes a LDO. Este, por sua vez, é discutido anualmente para este momento, são realizadas plenárias preparatórias, (mobiliza-se as regionais e realiza-se mobilizações para que as pessoas participem das reuniões), elas são instâncias de participação direta da sociedade civil, as plenárias tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a política do orçamento participativo e estimular a participação na gestão pública municipal; explicar os critérios para a definição das escolhas das demandas; fazer um levantamento das necessidades dos bairros e setoriais para subsidiar as assembleias populares. Logo em seguida realizam-se as assembleias populares

divididas por regionais e setoriais, nas quais são eleitos os delegados, para cada cinco participantes se elege um delegado. Após, são realizadas plenárias temáticas. Com os delegados são feitas sete plenárias tendo em vista que para cada temática os delegados se encontram com os secretários responsáveis. Este processo ocorre de dezembro a março.

Em um terceiro momento é discutido a LOA, onde se realiza fórum de delegados para eleição dos conselheiros, e logo depois ocorrem às plenárias preparatórias nas regionais e setoriais, estas reuniões são importantes porque a assessoria regional discute com a população as prioridades de cada bairro e logo em seguida é realizada a votação de prioridades. Elaborase um documento para enviar ao poder executivo (Câmara de Vereadores), onde são aprovadas estas leis. Porém antes de ir a Câmara, ainda realiza-se a Conferência Municipal, esta etapa ocorre, comumente, de maio a setembro.

É importante destacar que a Conferência Municipal é a instância superior de participação da comunidade no processo de discussão e definição das prioridades orçamentárias do município, sendo composta por todos(as) delegados(as), eleitos(as) nas Assembléias Populares regionais, setoriais, Conselheiras e Conselheiros membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo. (SIC – Coordenadoria do Orçamento Participativo).

Se bem empregado o Orçamento Participativo é bastante democrático e de fato pode contribuir com mudanças significativas para as cidades. O Orçamento Participativo significa portanto, práticas de Planejamento e gestão orçamentária nos municípios, e possui como inovação a abertura de espaços e “mecanismos de participação popular no processo de destinação dos recursos públicos”.

Esse pensamento de participação popular na elaboração das leis orçamentárias do país (PPA, LDO e LOA), vem ocorrendo no Brasil desde os anos de 1980, embora a participação na gestão seja ainda anterior a este período, proposto pelo MDB. Sendo assim podemos dizer que estamos fazendo planejamento de longo e curto prazo.

As várias experiências de municípios que adotaram o Orçamento Participativo nem sempre resultou em sucesso, mas tem sido sempre configuradas como possibilidades de mobilização da população para que a mesma possa ter conhecimento dos seus direitos junto ao planejamento e gestão dos orçamentos públicos.

Em Campina Grande o Orçamento Participativo é dividido em 16 Regionais e as Setoriais. Figura 03, o quadro expõe as regionais divididas por bairros.

I-	Monte Castelo, Nova Brasília, José Pinheiro, Marinho.
II-	Nações, Alto Branco, Santo Antonio, Lauritzen, Castelo Branco, Jardim Tavares.
III-	Cuités, Araxá, Jeremias, Palmeira, Louzeiro, Conceição, Jardim Continental.
IV-	Monte Santo, Bela Vista, Bairro Universitário, Pedregal.
V-	Ramadinha, Serrotão, Bodocongó, Novo Bodocongó.
VI-	Malvinas, Liberdade, Quarenta e Jardim Quarenta.
VII-	Santa Rosa, Centenário, e Dinamerica.
VIII-	Jardim Paulistano, Cruzeiro, Santa Rosa.
IX-	Distrito Industrial, Velame (Jardim Borborema), Presidente Médice.
X-	Acácio Figueiredo (Catingueira, Bairro das Cidade, Três Irmãs).
XI-	Catolé, Sandra Cavalcante, Itararé, Tambor, Estação Velha.
XII-	Centro, Prata, São José.
XIII-	Santa Terezinha, Mirante, Vila Cabral.
XIV-	Distrito de Galante.
XV-	Distrito de São José da Mata.
XVI-	Distrito de Catolé de Boa Vista.

Fonte: Prefeitura de Campina Grande- Coordenação do Op.

As setoriais são: Crianças e adolescentes; Cultura, PNE- Portadores de Necessidades Especiais; Emprego e renda.

Dentro do orçamento participativo ainda temos a o CONOP que são reuniões entre os conselheiros das regionais e setoriais junto a coordenação do orçamento e a equipe externa. Estes encontros ocorrem no primeiro sábado de cada mês.

## 5.2.Resultados

Na cidade de Campina Grande, no período que vai de 2005 a 2008, pode-se citar como exemplo os resultados e as experiências com o Orçamento Participativo nos bairros do Jardim Quarenta, Catolé e José Pinheiro.

No Bairro do Jardim Quarenta existem reuniões em associações, já planejando as ações do OP. Então, quando os mesmos chegam ao local para realização dos fóruns, eles já sabem o que querem e em quais demandas vão se concentrar para tentar levar para o bairro. Sendo assim, um dos bairros mais novo da cidade, já conseguiu muitas obras devido a sua organização, dentre elas: a pavimentação de todas as suas ruas, além de uma praquina, implantação da farmácia popular, construção de uma Unidade Básica da Família, Recuperação da Quadra de Esporte, Reforma e Ampliação da Lavanderia.

No José Pinheiro foram aprovadas e realizadas algumas demandas entre elas Implantação da Farmácia Popular, Construção UBSF, Recuperação da Praça Jornalista José Lopes de Andrade, Pavimentação Asfáltica das Ruas Campo Sales, Pedro da Costa Agra, José Aranha, Fernando Vieira, e Pavimentação Paralelepípedo das ruas, Tomé de Souza, Severino Branco, Sindolfo Montenegro, Construção da cozinha comunitária, entre outras.

Por outro lado, um bairro antigo da cidade como o Bairro do Catolé, e outros não tem esta mesma organização da população. Muitas de suas ruas não tem pavimentação, eles conseguiram, com o Orçamento Participativo, apenas a pavimentação de algumas de suas ruas, reforma do museu do algodão e ampliação e implantação de uma Unidade Básica da Família.

No Bairro de Monte Castelo o Orçamento Participativo ajudou a consolidar a Reforma da escola Anésio Leão, Ampliação do UBSF, no Tambor, Reforma e ampliação da UBSF, pavimentação em Paralelepípedo das ruas: João Capiba e General Carobert.

De acordo com os dados fornecidos pelo Orçamento Participativo, percebe-se que se tiver organização e cobrança, por parte da população, é possível mudar e conseguir as melhorias necessárias para os bairros e para a cidade.

Nos últimos anos, o Orçamento Participativo vem passando por alguns problemas, tendo em vista que os delegados e conselheiros estão desestimulados porque lutam para a realização das demandas e depois aparecem candidatos em período eleitoral e afirmam serem os mesmos os realizadores das obras. Além disso, alguns vereadores colocam emendas e mudam algumas de suas demandas. Porém, isso é reversível, principalmente se a população comparecer com mais intensidade as reuniões. Porque apesar destas dificuldades o Bairro do Jardim Quarenta, por exemplo, consegue se mobilizar e não desiste. A persistência dos seus

moradores vem transformando o espaço por meio da ação humana e através do OP. Bem diferente do caso do Catolé que não se mobiliza nem participa de todo o ciclo orçamentário, e com isto nunca consegue demandas para o bairro.

Em todo período analisado – 2005 a 2008 – foi observado que a representatividade do OP em Campina Grande, em relação à quantidade de participantes, foi pouco expressiva, chegando somente 7.111, quando se refere a um total de 242.145 eleitores, impetrando apenas 3% da população votante. (ALMEIDA, 2009, p. 16).

### **5.3. Entre o discurso do Orçamento Participativo e a realização das obras na Cidade**

Nos últimos anos, conforme se pode observar, na cidade de Campina Grande, os delegados e conselheiros do Orçamento Participativo vem perdendo credibilidade no processo, tendo em vista que devido as demandas nem sempre são executadas. A falta de políticas públicas que valorize o processo, explicitado como importante e democrático, desanima os participantes que, cada vez mais, esvaziam as plenárias.

A falta de comprometimento da gestão, não respeita as decisões que foram votadas pela comunidade, tendo em vista que os líderes mobilizam suas comunidades. Eles fazem debates, a comunidade vai as urnas, votam nas demandas necessárias para o seu bairro e, no final, este resultado é levado à Câmara dos Vereadores e discutido com os secretários do município e vereadores. Os resultados das urnas sobre o Orçamento Participativa e a escolha por prioridades por parte da população, comumente, são colocados na Lei Orçamentária. Porém, na hora de executar o gestor nem sempre olha onde devem ser construídas, e passa a decidir arbitrariamente onde as obras serão realizadas. Enquanto outro bairro, e não o que solicitou, pode ganhar a escola, o calçamento, o posto de saúde, entre outros serviços.

Pode haver uma questão de comprometimento político do gestor com a comunidade ou, necessidade de investir em obras de seu interesse e de seu grupo político. Nesse caso, o OP, não atinge seus objetivos.

Outro aspecto que ajuda na construção do descrédito para o Orçamento Participativo é o fato de que muitas vezes a comunidade luta para provar algo e quando consegue que a demanda seja executada com êxito, no período das eleições vem um político e diz que a obra foi realizada por ele. Isso ocorre porque, dentre outras questões, os gestores não colocam placas ou faixas mostrando à população que aquela obra realizada é uma conquista da comunidade.

## **Considerações Finais**

Diante do exposto, percebe-se que o Orçamento participativo é um excelente instrumento democrático. Porém se tivesse maior visibilidade e credibilidade por meio dos gestores da cidade, sua população só teria a ganhar. Quando, todo gestor, antes de realizar uma obra, deveria consultar o Lei Orçamentária de sua cidade, Tais como o PPA, LDO, LOA.

Desta forma a credibilidade para os Orçamentos Participativos poderia voltar e, com a realização das demandas escolhidas previamente, seria possível melhorar o planejamento urbano. Pressupõe-se que haveria melhoraria a qualidade de vida do cidadão, uma melhor organização do espaço rural e urbano, isso faria a participação popular retornar às reuniões para que este processo democrático de se fazer política se concretizasse e seus frutos pudessem ser vistos nos bairros e na vida das cidades do país.

É imprescindível que, para se valorizar a política do Orçamento Participativo que os gestores, antes de realizar as obras nas cidades olhem as demandas aprovadas pelas comunidades que foram inseridas no PPA, LOA e LDO. As cidades ganhariam bastante, bem como as pessoas que fazem parte do OP, juntamente com as comunidades que, além de serem beneficiadas, poderiam voltar a ter credibilidade novamente para a concretização do Orçamento Participativo como uma prática cotidiana e respeitada na cidade. Um número maior de pessoas seria envolvido e quem sabe, em muitos bairros da cidade de Campina Grande, as comunidades sentiriam orgulho ao perceberem que suas decisões foram ouvidas e ajudaram a mudar os espaços da cidade.

É fundamental que os gestores reconheçam o Orçamento Participativo como um instrumento transformador. As comunidades, ao se comprometerem com as mudanças no espaço em que vivem por meio de seus esforços provavelmente teriam a oportunidade de melhorar como cidadãos e perceber que só depende dos próprios habitantes para se ter uma cidade bem cuidada, limpa e com mais qualidade de vida e, conseqüentemente mudariam sua própria cultura diante do seu espaço e do planeta. Assim, a ideia do Orçamento Participativo, se fosse reconhecida por todos, ultrapassaria a proposta inicial para o qual foi criado.

**Participatory Budget , a democratic project for the modification of spaces: An analysis of neighborhoods in the city of Campina Grande- PB**

**ABSTRACT**

This paper aims to discuss what is participatory budgeting , and the importance of popular participation in the modification of space. Given that the participatory budget is a link between society and government, and working the budget cycle with the community. The company uses the budget to transform the urban area in which he lives , and that space is always modified to suit the needs and interests of man. In this article you can see a brief history of participatory budgeting in some cities of Brazil and in the city of Campina Grande , citing some neighborhoods that are inserted in the budget process . The research is based on documents from the Public Authority database responsible for the Participatory Budget .

Keywords: Participatory budget; popular participation; management.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE DO Ó, Alcides de. **Campina Grande: História & Política (1945 – 1955)**. Campina Grande: Edições Caravela/Núcleo Cultural Português, 1999.

ALMEIDA, Mayne Ramos. **Orçamento participativo e desenvolvimento local em Campina Grande-PB( 2005-2008)**. Campina Grande: UFCG.2009

AZEVEDO, Sérgio de. **Relação público-privado e gestão democrática: o papel dos governos locais para o futuro das cidades latino-americanas**. Recife: 1996.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. “História e historiografia das cidades: um percurso”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris, no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Suely Ribeiro. **Modelos de descentralização política na gestão local: os novos formatos da ecada de 90**. Recife, 1996

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e Espaço: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. Recife: 1997. (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Junior César Mélo de. **Campina Grande: Cidade se consolida no século XX**. João Pessoa: 2007. Monografia Universidade Federal da Paraíba.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Piracicaba: Edição do Autor, 1999.

Prefeitura municipal de Olinda. **OP em Olinda: experiência de democracia direta**. Olinda: novembro, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOARES, José Arlindo; GONDIM, Linda. “Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder”. In: SOARES, José Arlindo; BAVA, Silvio Caccia. (org). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2 ed, São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glaucio Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

OUTROS:

SILVA, Josué Barreto. Mapa Campina Grande. Universidade Federal de Campina Grande; 2015.

Plano de Atividade de 2011. Coordenadoria do Orçamento Participativo. Prefeitura Municipal de Campina Grande. 2011. (mimeo).

O que é Orçamento Participativo? Prefeitura Municipal de Campina Grande. (mimeo)

Album/CD Nação Zumbi, 2002.